

Boletim destinado à divulgação das aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca do Ministério da Saúde.

# ALERTA

SETEMBRO/2007 v. 13, n. 9

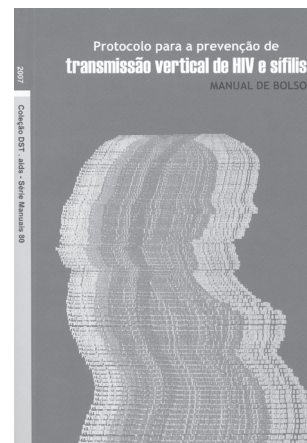
ISSN 0104-9755

IMPRESSO

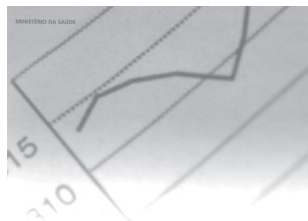
## RESUMOS

### **Protocolo para a Prevenção de Transmissão Vertical de HIV e Sífilis: Manual de Bolso (Victor Leonardi)**

A transmissão vertical do HIV e da sífilis é, para o Ministério da Saúde, um desafio que necessita ser enfrentado pelas políticas de saúde do Brasil, apesar dos avanços obtidos nessa área. Para que a saúde brasileira possa realizar a prevenção eficaz com relação ao problema, o Ministério da Saúde realiza a ampliação do Projeto Nascer – Maternidades, a fim de que todos os hospitais materno-infantis do país tenham condições de atender as gestantes portadoras de HIV ou com sífilis (bem como os seus recém-nascidos) e de ampliar o diagnóstico e a atenção a tais gestantes, principalmente durante o pré-natal. Nesse sentido, este livro de bolso objetiva contribuir para que todos os profissionais de saúde envolvidos no atendimento a tais segmentos populacionais possam dispor de informações úteis para a melhoria da qualidade da atenção a essas mulheres e a seus recém-nascidos, propiciando a redução das taxas de transmissão vertical do HIV e a eliminação da sífilis congênita como problemas de saúde pública no Brasil.



### **Guia Metodológico de Avaliação e Definição de Indicadores: Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Rede Carmen**

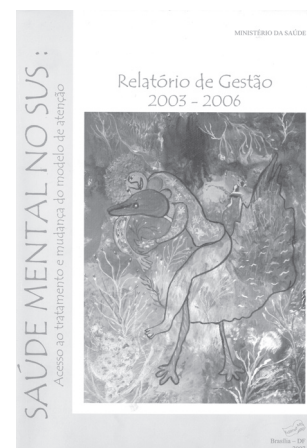


Guia Metodológico de Avaliação e Definição de Indicadores  
Doenças Crônicas Não Transmissíveis  
e Rede Carmen

Muitos foram os desafios enfrentados na construção de um guia de avaliação da Rede Carmen e de intervenções de vigilância de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). A proposta foi delegada pela Opas ao Ministério da Saúde em 2003, durante o I Fórum Global Mundial, realizado no Rio de Janeiro. Este livro apresenta a revisão bibliográfica de avaliação com experiências de outras avaliações conduzidas em diferentes países. De igual forma, apresenta o referencial teórico adotado e a metodologia dos estudos epidemiológicos de avaliação. São apresentados exemplos de como se empregar indicadores de oferta, utilização, cobertura e impacto. No guia ainda se discute o grau de inferência necessário para se responder às perguntas avaliativas (adequação, plausibilidade e probalística). Grau este diretamente relacionado ao estágio de desenvolvimento do programa e seus recursos disponíveis. Que este trabalho possa servir como indutor de avaliação de serviços, contribuindo para sua institucionalização no Brasil e nas Américas.

### **Saúde Mental no SUS: Acesso ao Tratamento e Mudança do Modelo de Atenção: Relatório de Gestão 2003 - 2006**

O objetivo deste documento é relatar os avanços e as dificuldades, entre 2003 e 2006, da gestão do complexo processo de mudança do modelo de atenção à saúde mental a partir das ações do Ministério da Saúde, um dos diversos atores do processo da Reforma Psiquiátrica brasileira. A Política de Saúde Mental do SUS segue as determinações da Lei n.º 10.216/2001 e é referenciada pela III Conferência Nacional de Saúde Mental, entre outras conferências. Este livro apresenta as principais estratégias e seus resultados, bem como as mudanças observadas na superação do cenário de desassistência que já caracterizou a atenção à saúde mental pública no Brasil. Destacam-se dois fatos relevantes descritos neste relatório: a marca atingida, em 2006, de mais de 1.000 Centros de Atenção Psicossocial cadastrados e em funcionamento no SUS, além da superação, pela primeira vez, do montante de recursos financeiros da atenção extra-hospitalar em relação àquele destinado aos hospitais psiquiátricos, num cenário de ampliação regular dos recursos.



## MONOGRAFIAS

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALBUQUERQUE, Mário Pimentel; MEDEIROS, Humberto Jacques de; BARBOZA, Márcia Noll. **O combate à corrupção no mundo contemporâneo e o papel do Ministério Público no Brasil**. Brasília: Ministério Público Federal. 2006. 128 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério do Planejamento e Gestão. **Fundação estatal: metas, gestão profissional e direitos preservados**. Brasília, 2007. 16 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). ISBN 978-85-334-1389-4. Brasília, 2007. 188 p.

### AIDS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **1º Festival Internacional de Humor DST e Aids**. Brasília, 2007. 113 p., il. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). ISBN 85-334-1007-7.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e Sífilis: manual de bolso**. Brasília, 2007. 180 p., il. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Manuais; n. 80). ISBN 978-85-334-1336-8.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Recomendações para terapia anti-retroviral em adultos e adolescentes infectados pelo HIV: 2005/2006**. 6. ed. Brasília, 2007. 188 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Manuais; n. 2). ISBN 978-85-334-1352-8.

### ATENÇÃO BÁSICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Seminário internacional: os**

desafios do ensino da atenção básica: graduação em medicina. Brasília, 2007. 108 p.

### CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental. **Manual de procedimentos de vigilância em saúde ambiental relacionada à qualidade da água para consumo humano**. Brasília, 2006. 281 p., il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 85-334-1245-2.

### DOENÇA CRÔNICA

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Guia metodológico de avaliação e definição de indicadores: doenças crônicas não transmissíveis e Rede Carmem**. Brasília, 2007. 233 p., il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 978-85-334-1316-0.

### EDUCAÇÃO CONTINUADA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde; Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial**. Brasília, 2007. 73 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). ISBN 85-334-1289-4.

### EDUCAÇÃO EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **Programa MultiplicaSUS: curso básico sobre o SUS: (re) descobrindo o SUS que temos para construirmos o SUS que queremos**. 2. ed. Brasília, 2007. 73 p. (Série D. Reuniões e Conferências). ISBN 85-334-1289-4.

## GESTÃO PARTICIPATIVA EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **1º Seminário de Gestão Participativa em Saúde do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília, 2007. 102 p., il. (Série D. Reuniões e Conferências) (Série Cadernos Estaduais). ISBN 978-85-334-1350-4.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **1º Seminário de Gestão Participativa em Saúde das Regiões Médio-Paraíba, Centro-Sul e Baía da Ilha Grande do Rio de Janeiro: Região Centro-Sul**. Brasília, 2007. 79 p., il. (Série D. Reuniões e Conferências). ISBN 978-85-334-1351-0.

## PLANEJAMENTO EM SAÚDE

JOÃO PESSOA (PB). Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde: 2006 - 2009**. João Pessoa, 2006. 106 p. il.

## SAÚDE INDÍGENA

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **4ª Conferência de Saúde Indígena, Rio Quente, GO, 27 a 31 de março de 2006: relatório final**. Brasília, 2007. 228 p., il.

## SAÚDE MENTAL

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. **Saúde mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção: relatório de gestão: 2003-2006**. Brasília, 2007. 78 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). ISBN 978-85-334-1338-2.

## VIGILÂNCIA EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Metodologia para quantificação de atividade de enzimas relacionadas com a resistência a**

**inseticidas em *Aedes Aegypti***. Brasília, 2006. 128 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 85-334-1291-6.

## PERIÓDICOS

**ARQUIVOS DE NEURO-PSIQUIATRIA**. São Paulo: Academia Brasileira de Neurologia, v. 65, n. 2b, jun. 2007.

**CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA = REPORTS IN PUBLIC HEALTH**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 23, n. 8, ago. 2007.

**CANAL SAÚDE**. Rio de Janeiro: Fiocruz, ano 8, n. 22, ago. 2007.

**MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 102, n. 3, jun. 2007.

**REVISTA BRASILEIRA DE CANCEROLOGIA**. Rio de Janeiro: Inca, v. 53, n. 2, abr./jun./jul. 2007.

**REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA**. Rio de Janeiro: Moreira Jr., v. 64, n. 7, jul. 2007.

**REVISTA BRASILEIRA DE CANCEROLOGIA**. Rio de Janeiro: Inca, v. 53, n. 2, abr./jun./jul. 2007.

**REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA**. São Paulo: USP, v. 41, n. 4, ago. 2007.

**REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Enfermagem, v. 60, n. 3, maio/jun. 2007.

**JORNAL BRASILEIRO DE PATOLOGIA**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, v. 43, n. 3, maio/jun. 2007.

**RADIS: Comunicação em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 59, jul. 2007.

**ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cardiologia, v. 89, n. 1, jul. 2007.

# 21 de setembro

## Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência

A Declaração da ONU que fixou 1981 como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente colocou em evidência e em discussão, entre os países membros, a situação da população portadora de deficiência no mundo e, particularmente, nos países em desenvolvimento, onde a pobreza e a injustiça social tendem a agravar a situação.

A OMS, em 1997, rerepresentou essa classificação com novo título e novas conceituações. Agora com a denominação de Classificação Internacional das Deficiências, Atividades e Participação: um manual da dimensão das incapacidades e da saúde (CIDDM-2), o documento fixa princípios que enfatizam o apoio, os contextos ambientais e as potencialidades, em vez da valorização das incapacidades e das limitações.

A CIDDM-2 concebe a deficiência como perda ou anormalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (fisiológica), incluindo as funções mentais. Já a atividade está relacionada com o que as pessoas fazem ou executam em qualquer nível de complexidade, desde aquelas simples até as habilidades e as condutas complexas. A limitação da atividade, antes conceituada como incapacidade, é agora entendida como uma dificuldade no desempenho pessoal.

A raiz da incapacidade é a limitação no desempenho da atividade, que deriva totalmente da pessoa. No entanto, o termo incapacidade não é mais utilizado porque pode ser tomado como uma desqualificação social. Ampliando o conceito, a CIDDM-2 inclui a participação, definida como a interação que se estabelece entre a pessoa portadora de deficiência, a limitação da atividade e os fatores do contexto socioambiental.

Essa abordagem representa outro marco significativo na evolução dos conceitos, em termos filosóficos, políticos e metodológicos, na medida em que propõe uma nova forma de se encarar as pessoas portadoras de deficiência e suas limitações para o exercício pleno das atividades decorrentes da sua condição. Por outro lado, influencia um novo entendimento das práticas relacionadas com a reabilitação e a inclusão social dessas pessoas.

Na raiz de tal abordagem está a perspectiva da inclusão social, entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, como estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

A prática da inclusão social vem aos poucos substituindo a prática da integração social e parte do princípio de que, para inserir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada de modo a atender as necessidades de todos os seus membros: uma sociedade inclusiva não admite preconceitos, discriminações, barreiras sociais, culturais e pessoais.

Nesse sentido, a inclusão social das pessoas portadoras de deficiências significa possibilitar a elas, respeitando as necessidades próprias da sua condição, o acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos produtos decorrentes do avanço social, político, econômico e tecnológico da sociedade.

Em 2001, a deficiência passou a ser compreendida como parte ou expressão de uma condição de saúde, mas não indica necessariamente a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente. A Classificação Internacional faz referência à participação, definida como a interação que se estabelece entre a pessoa com deficiência, a limitação da atividade e os fatores do contexto socioambiental.

Tal conceito significa uma mudança fundamental, que altera profundamente o perfil do tratamento dado pelos governos de todo o mundo às questões que envolvem as pessoas com deficiência, constituindo-se em um guia de orientação que organiza e padroniza as informações sobre a funcionalidade das pessoas com deficiência, segundo uma nova abordagem, a da sua capacidade efetiva. Serão cinco categorias de verificação adotadas por cerca de 200 países, o que representa uma nova forma de avaliação.

Além de representar um excepcional avanço na compreensão deste complexo universo, a nova metodologia fornece diretrizes mais precisas para as futuras políticas públicas dos países que a adotarem, permitindo, assim, ações mais específicas e detalhadas no atendimento das necessidades da população.

*Texto adaptado da publicação "Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência" (Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007).*

O Alerta é uma publicação mensal da Biblioteca do Ministério da Saúde – Ministério da Saúde/Secretaria-Executiva/Subsecretaria de Assuntos Administrativos/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/Coordenação de Biblioteca – Esplanada dos Ministérios, Bloco G, CEP: 70058-900 – Brasília/DF – Tels. (61) 3315-2410/3200 – Fax: (61) 3315-2563 – Tiragem: 1.500 exemplares – Produzido pela Editora MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE. OS 0908/2007.

Jornalista responsável: Paulo Henrique de Castro (4136/13/99/DF) – As publicações divulgadas estão disponíveis na Biblioteca do MS apenas para consulta. Empréstimos, restritos a Brasília, somente para servidores do órgão ou por intercâmbio entre bibliotecas.

Endereços eletrônicos: Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs> – Fale conosco: e-mail: [biblioteca@saude.gov.br](mailto:biblioteca@saude.gov.br) – Acesse também o Portal da Saúde: <http://www.saude.gov.br>.

ISSN 0104-9755



9770104975009

Ministério da Saúde

**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL